

PET no HABEAS CORPUS Nº 551.803 - SP (2019/0373645-2)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
REQUERENTE : MAILSON LIRA LACERDA (PRESO)
ADVOGADO : BÁRBARA MARIA CORNACHIONI GIMENES - SP270061
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão proferida por esta relatoria (fls. 52/54), que indeferiu o pleito liminar visado no presente *mandamus*.

Noticiam os autos que o paciente encontra-se preso preventivamente, nos autos da ação penal em que foi denunciado por ter supostamente praticado os delitos tipificados nos arts. 33, caput, e 35, caput, ambos da Lei n. 11.343/2006, na forma do art. 69 do Código Penal (e-STJ fl. 34).

Nesta via, o impetrante alega que o paciente "*está preso desde 31 de março de 2019, e estava com audiência de instrução e julgamento designada para abril de 2020, porém, tendo em vista, a pandemia do coronavírus todas as audiências do Tribunal de Justiça foram suspensas até 24/04/2020*" (e-STJ fl. 82).

Destaca que o paciente possui condições pessoais favoráveis, é portador de doença cardíaca e os crimes que lhes são imputados não foram praticados com violência ou grave ameaça à pessoa, concluindo que, em razão dos riscos inerentes à pandemia do coronavírus, teria direito à ser colocado em liberdade, pois o "*presente momento é grave e de extrema cautela*" (e-STJ fl. 83).

Pleiteia, assim, "*seja concedida com medida de urgência a ORDEM DE HABEAS CORPUS para que a paciente seja posto em liberdade em razão da grave enfermidade que assola nosso País*" (e-STJ fl. 83).

É o relatório.

Não há como se reconsiderar a decisão indeferitória.

Com efeito, não trouxe o impetrante novos fatos aptos a modificar o que foi decidido, no sentido de se mostrar, a toda evidência, a necessidade de deferimento da liminar pleiteada, devendo as teses levantadas na inicial serem analisadas quando da apreciação e julgamento do mérito do remédio constitucional.

Ademais, verifica-se que a pretendida concessão de liberdade provisória com o fim de preservar a saúde do acusado em razão dos riscos inerentes à pandemia de coronavírus (Covid-19), é questão que deve ser pleiteada perante o juízo competente e não diretamente nesta Corte Superior, sob pena de se configurar a prestação jurisdicional em indevida supressão de instância.

Ante o exposto, **indefere-se** o pedido de reconsideração.

Publique-se.

Após a juntada do parecer ministerial, retornem os autos conclusos para a análise do mérito da impetração.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 24 de março de 2020.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator